

Números melhoraram resultado fiscal

Claudia Safatle
Ribamar Oliveira
 De Brasília

A nova estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB), divulgada ontem pelo IBGE, vai alterar os resultados fiscais obtidos no passado e poderá resultar em menor ajuste este ano. O superávit primário consolidado do setor público em 1999, por exemplo, não ficou em 3,07% do PIB como divulgou até recentemente o Banco Central, mas em 3,23% do PIB. A dívida líquida do setor público, ao final do ano passado, não correspondia a 16,9% do PIB como achava o BC, mas a algo entre 49% e 50% do PIB. O novo valor para o PIB reduzirá o esforço fiscal para este ano. Com um PIB menor, o valor equivalente a 3,25% do PIB também era menor.

A estimativa anterior do BC para o superávit primário foi feita com base num PIB de R\$ 1,013 trilhão. O valor para o Produto Interno

Bruto de 1999 divulgado pelo IBGE foi de R\$ 960,857 bilhões. A diferença de mais de R\$ 52 bilhões entre os dois valores fez um grande estrago nas previsões e metas que foram fixadas como percentuais do PIB. O superávit foi bem maior do que se previa e a dívida, em comparação com o PIB, também ficou bem maior.

Assim como os gastos nominais com juros das dívidas interna e externa. "Como a base diminuiu, todos os valores que se compararam a ela aumentaram em termos relativos", ensina o economista Raul Velloso.

Para obter a verdadeira relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto, o governo ainda terá que fazer um cálculo um pouquinho mais sofisticado. O estoque da dívida em dezembro de 1999 terá que ser comparado ao valor do PIB a preços daquele mesmo mês. Assim, o valor do PIB divulgado pelo IBGE precisa ser corrigido pelo IGP-DI centrado, que

corresponde à média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte. Esse cálculo estava sendo feito ontem pelos técnicos do governo, que adiantaram que a dívida deve ficar entre 49% e 50% do PIB. Até agora, o valor do PIB corrigido pelo IGP-DI centrado era de R\$ 1,103 trilhão.

Todas essas mudanças significam que poderá haver um dinheiro extra para gastar se prevalecer o princípio estipulado no acordo com o Fundo Monetário Internacional: na sexta revisão feita pelo FMI no programa econômico brasileiro, consta uma nota de rodapé que garante que a meta de superávit primário será de 3,25% do PIB, sendo que o valor do PIB terá que ser reestimado. Na ocasião em que o memorando foi escrito, trabalhava-se com um PIB para este ano de R 1,182 trilhão. Dificilmente ele chegará a tanto. "Teremos menos ajuste em reais e maior relação dívida/PIB", explicou Velloso.

Resta saber se o governo o manterá

esse dinheiro ou o utilizará para reduzir a relação dívida líquida/PIB a um patamar inferior. Era meta do governo estabilizar a dívida líquida/PIB em 46,5% do PIB ao final de 2001. Para conseguir esse percentual, seria necessário um superávit primário ainda mais vigoroso do que o que está no acordo com o FMI. Essas definições ficarão claras ao longo dos próximos dias, quando as autoridades econômicas certamente irão se pronunciar sobre as metas fiscais.

Qualquer que seja a decisão do governo, ela terá que ser negociada como o Fundo Monetário Internacional. Se o governo decidir alterar o percentual de superávit primário terá que mudar também a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou a meta de superávit do governo central em 2,6% do PIB para o próximo ano. A possibilidade de revisão das metas, como decorrência do novo valor do PIB, já tinha sido admitida pelo governo na última visita

05 OUT 2000

ESTADO DE SÃO PAULO